

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Eventos Societários

Como parte do processo de reestruturação societária de certas empresas integrantes do Grupo Santander Brasil, o objetivo das reestruturações foi unificar as operações das empresas em um único veículo societário, com o consequente fortalecimento das estruturas operacional, organizacional e administrativa, especialmente aqueles relacionados às obrigações legais e contábeis.

a) Incorporação da Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Santander Microcrédito) Nas AGEs realizadas em 31 de agosto de 2017, foram aprovados pelos acionistas a Incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros, que foi celebrado nesta mesma data.

Para fins da Incorporação, o patrimônio líquido da Incorporada foi avaliado com base no seu valor contábil, conforme balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2017, apurado em laudo de avaliação datado de 31 de agosto de 2017. O acervo líquido contábil da Santander Microcrédito transferido para a Santander Corretora de Seguros foi de R\$17.652.

b) Incorporação da Santander Brasil Advisory S.A. (Santander Brasil Advisory) Nas AGEs realizadas em 29 de setembro de 2017, foram aprovados pelos acionistas a Incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros, que foi celebrado nesta mesma data.

Para fins da Incorporação, o patrimônio líquido da Incorporada foi avaliado com base no seu valor contábil, conforme balanço patrimonial levantado em 31 de agosto de 2017, apurado em laudo de avaliação datado de 15 de setembro de 2017. O acervo líquido contábil da Santander Brasil Advisory transferido para a Santander Corretora de Seguros foi de R\$12.900.

c) Incorporação da Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Sanserv) Nas AGEs realizadas em 30 de novembro de 2017, foram aprovados pelos acionistas a Incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Sanserv pela Santander Corretora de Seguros, que foi celebrado nesta mesma data.

Para fins da Incorporação, o patrimônio líquido da Incorporada foi avaliado com base no seu valor contábil, conforme balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2017, apurado em laudo de avaliação datado de 29 de novembro de 2017. O acervo líquido contábil da Sanserv transferido para a Santander Corretora de Seguros foi de R\$839.795.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2018, a Santander Corretora de Seguros atingiu um patrimônio líquido no montante de R\$2.759 milhões (31/12/2017 - R\$2.385 milhões). Em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$367 milhões (31/12/2017 - R\$52 milhões).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017		Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	3	2.891	1.932	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		3.995	5.993
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda			946.860	Outros passivos financeiros		3.995	5.993
Instrumentos de patrimônio			946.860	Provisões	12	104.885	154.530
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		1.667.086	-	Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		-	20.611
Instrumentos de patrimônio		1.284	-	Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões		104.885	133.919
Instrumentos de patrimônio	5	1.665.802	-	Passivos Fiscais		129.845	124.842
Empréstimos e Recebíveis			687.284	Correntes		26.264	23.441
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	4	-	259.348	Diferidos	13.c	103.581	101.401
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6	-	427.936	Outras Obrigações	14	6.711	8.054
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		328.195	-	Total do Passivo		245.436	293.419
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	4	162.450	-	Patrimônio Líquido	15	2.756.022	2.389.417
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6	165.745	-	Capital social		2.555.533	2.555.533
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	7	529.151	520.288	Reservas		200.489	(166.116)
Ativo Tangível	8	68.807	72.953	Prejuízos Acumulados		2.538	(4.636)
Ativo Intangível	9	54	94	Outros Resultados Abrangentes		(4.636)	(4.636)
Ativos Fiscais			317.647	Total do Patrimônio Líquido		2.758.560	2.384.781
Correntes		158.680	148.647				
Diferidos	13.c	158.967	224.557				
Outros Ativos	10	90.165	75.585	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.003.996	2.678.200
Total do Ativo		3.003.996	2.678.200				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.700.000	-	(4.102)	(151.280)	1.544.618
Aumento de Capital - Incorporação		855.533	-	-	855.533	1.700.066
Reservas de Lucros - Incorporação		-	4.437	-	4.437	4.437
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Planos de Benefícios a Funcionários - CPC 33 - Incorporação		-	-	10.377	-	10.377
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Planos de Benefícios a Funcionários - CPC 33		-	-	(8.653)	-	(8.653)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	(2.258)	-	(2.258)
Absorção de Prejuízos Acumulados		-	(4.115)	-	4.115	-
Dividendos sobre Lucro de Empresa Incorporada	15.b	-	(322)	-	(70.749)	(71.071)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	51.798	51.798
Saldos em 31 de dezembro de 2017		2.555.533	-	(4.636)	(166.116)	2.384.781
Saldos em 31 de dezembro de 2017		2.555.533	-	(4.636)	(166.116)	2.384.781
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Planos de Benefícios a Funcionários - CPC 33		-	-	7.176	-	7.176
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes		-	-	(2)	-	(2)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	366.568	366.568
Reserva Legal		-	10.023	-	(10.023)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(149)	(149)
Reserva para Equalização de Dividendos		-	95.140	-	(95.140)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro		-	95.140	-	(95.140)	-
Outros		-	186	-	-	186
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.555.533	200.489	2.538	-	2.758.560

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional
A Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços (Santander Corretora de Seguros (Atual denominação social da Santander Participações S.A.) é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A (Porte), Vila Olímpia, São Paulo-SP, é uma sociedade integrante do Conglomerado Santander.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 08 de maio de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Santander Participações S.A. para Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A., foi aprovada também nesta mesma AGE a alteração do objeto social da Companhia com a inclusão de novas atividades, que passou a ter como objeto social as atividades abaixo:

(I) a prestação de serviços de análise, exame e avaliação de capacidade financeira/risco de pessoas físicas e jurídicas para a concessão de créditos e microcréditos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), com vistas a promover um melhor fluxo dos recursos financeiros no país e viabilizar empreendimentos de pequeno porte de natureza profissional, comercial ou industrial; (II) a prestação de serviços de identificação e busca de clientes, incluindo, mas não se limitando, às informações cadastrais e sócio-econômicas, para a concessão de crédito e microcrédito pelo Banco Santander a pessoas físicas ou jurídicas; (III) a prestação de serviços de acompanhamento de carteira e cobrança por conta própria ou de terceiros; (IV) a atuação como correspondente bancário, nos termos da Resolução 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, do Banco Central do Brasil (Bacen), conforme alterada; (V) a administração de bens próprios; (VI) a prestação de serviços de corretagem de todos os ramos de seguros, de planos previdenciários e de títulos de capitalização, sempre que não colidirem com as disposições do Decreto Lei 73, de 21 de novembro de 1966, e do Decreto 60.459, de 13 de março de 1967, e da legislação correlata posterior; (VII) a prestação de serviços técnicos, especializados, profissionais, gerenciais, administrativos e outros de caráter geral; e (VIII) a participação no capital social de outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, podendo também aplicar os seus recursos no mercado financeiro e de capitais, mediante a subscrição de quotas em fundos de investimento e/ou quaisquer outros instrumentos financeiros, assim como a prestação de serviços auxiliares a instituições financeiras e empresas comerciais.

As receitas da Santander Corretora de Seguros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão representadas, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na Nota 26.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 27 de março de 2019.

b) Eventos Societários

Como parte do processo de reestruturação societária de certas empresas integrantes do Grupo Santander Brasil, o objetivo das reestruturações foi unificar as operações das empresas em um único veículo societário, com o consequente fortalecimento das estruturas operacional, organizacional e administrativa, especialmente aqueles relacionados às obrigações legais e contábeis.

b.1) Incorporação da Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Santander Microcrédito) Nas AGEs realizadas em 31 de agosto de 2017, foram aprovados pelos acionistas a Incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros, que foi celebrado nesta mesma data.

Em consequência do processo de incorporação, a Santander Corretora de Seguros recebeu a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Microcrédito a qual foi extinta e sucedida pela Santander Corretora de Seguros em todos os seus direitos e obrigações.

Para fins da Incorporação, o patrimônio líquido da Incorporada foi avaliado com base no seu valor contábil, conforme balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2017, apurado em laudo de avaliação datado de 31 de agosto de 2017. As variações patrimoniais a partir de 30 de junho de 2017 até a data da Incorporação foram apropriadas pela Santander Corretora de Seguros.

Ativo	34.922	Passivo	17.270
Caixa e Equivalentes de Caixa	51	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	381
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	12.883	Provisões Trabalhistas (Nota 12.b)	12.034
Depósitos Judiciais	3.537	Impostos a Pagar	974
Ativos Fiscais Correntes (Nota 13.c)	13.019	Outros Passivos	3.881
Outros Ativos	4.938		
Outros Ativos	491		
Ativo Tangível (Nota 8)	3	Total do Passivo	17.270

Total do Ativo **34.922** **Acervo Líquido Incorporado (Nota 15.a)** **17.652**

b.2) Incorporação da Santander Brasil Advisory S.A. (Santander Brasil Advisory)

Nas AGEs realizadas em 29 de setembro de 2017, foram aprovados pelos acionistas a Incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros, que foi celebrado nesta mesma data.

Em consequência do processo de incorporação, a Santander Corretora de Seguros recebeu a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Brasil Advisory a qual foi extinta e sucedida pela Santander Corretora de Seguros em todos os seus direitos e obrigações.

Para fins da Incorporação, o patrimônio líquido da Incorporada foi avaliado com base no seu valor contábil, conforme balanço patrimonial levantado em 31 de agosto de 2017, apurado em laudo de avaliação datado de 15 de setembro de 2017. As variações patrimoniais a partir de 31 de agosto de 2017 até a data da Incorporação foram apropriadas pela Santander Corretora de Seguros.

Ativo	16.890	Passivo	3.990
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	Provisão para Indenização (Nota 12.b)	3.108
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	12.487	Impostos a Pagar	130
Depósitos Judiciais	50	Dividendos a Pagar	14
Ativos Fiscais Correntes	3.205	Depos de Minoritários a Pagar	701
Ativos Fiscais Diferidos (Nota 13.c)	1.102	Outros Passivos	37
Outros Ativos	491		
Ativo Tangível (Nota 8)	3	Total do Passivo	3.990

Total do Ativo **16.890** **Acervo Líquido Incorporado (Nota 15.a)** **12.900**

b.3) Incorporação da Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Sanserv)

Nas AGEs realizadas em 30 de novembro de 2017, foram aprovados pelos acionistas a Incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Sanserv pela Santander Corretora de Seguros, que foi celebrado nesta mesma data.

Em consequência do processo de incorporação a Santander Corretora de Seguros recebeu a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Sanserv a qual foi extinta e sucedida pela Santander Corretora de Seguros em todos os seus direitos e obrigações.

Para fins da Incorporação, o patrimônio líquido da Incorporada foi avaliado com base no seu valor contábil, conforme balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2017, apurado em laudo de avaliação datado de 23 de novembro de 2017. As variações patrimoniais a partir de 30 de setembro de 2017 até a data da Incorporação foram apropriadas pela Santander Corretora de Seguros.

Ativo	1.116.157	Passivo	276.362
Caixa e Equivalentes de Caixa	128	Contas a Pagar	1.879
Aplicações Financeiras	276.190	Salários a Pagar	786
Depósitos Judiciais	144.782	Impostos a Pagar	59.983
Ativos Fiscais Correntes	34.608	Passivos Fiscais Diferidos (Nota 13.c)	101.343
Ativos Fiscais Diferidos (Nota 13.c)	38.608	Provisões (Nota 12.b)	112.149
Outros Ativos Financeiros	3.080	Outros Passivos	222
Outros Ativos	70.620		
Investimentos em Controladas e Controladas em Conjunto	547.995		
Outros Investimentos	52		
Ativo Intangível (Nota 9)	94		
Total do Ativo	1.116.157	Total do Passivo	276.362

c) Base da apresentação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - (CFC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard* (IFRS). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras da Santander Corretora de Seguros, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pela Santander Corretora de Seguros em sua administração.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos totais da Santander Corretora de Seguros atingiram R\$3.004 milhões (31/12/2017 - R\$2.678 milhões, representados principalmente por instrumentos de patrimônio no valor de R\$1.666 milhões (31/12/2017 - R\$947 milhões), investimentos em controlada e controlada em conjunto de R\$529 milhões (31/12/2017 - R\$520 milhões), ativos fiscais no valor de R\$318 milhões (31/12/2017 - R\$373 milhões) e o valor de R\$223 milhões (31/12/2017 - R\$428 milhões) referente a empréstimos e adiantamento a clientes.

As provisões da Santander Corretora de Seguros em 31 de dezembro de 2018, atingiram o valor de R\$105 milhões (31/12/2017 - R\$155 milhões).

Investimentos em Controlada e Controlada em Conjunto

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos totais da Santander Corretora de Seguros mantêm investimentos em empresas controladas em conjunto no valor de R\$529 milhões (31/12/2017 - R\$520 milhões), sendo: R\$1 milhão (31/12/2017 - R\$1 milhão) na PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.; R\$384 milhões (31/12/2017 - R\$368 milhões) na Webmotors S.A.; R\$144 milhões (31/12/2017 - R\$151 milhões) na TecBan - Tecnologia Bancária S.A.

Em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros, a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. (Ferbasa) e a Brazil Wind S.A. celebraram um contrato para venda de 100% (cem por cento) das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. (respectivamente, o Contrato e a BW Guirapá I S.A.) detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind S.A. para a Ferbasa (Operação). O preço base da totalidade de venda desta operação é de R\$414 milhões, sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R\$35 milhões se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. Considerando a situação atual do contrato, este investimento foi baixado.

Política de Distribuição de Dividendos

Estipuladamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Na Reunião da Diretoria Executiva da Sanserv (empresa incorporada) realizada em 13 de novembro de 2017, foi aprovado a distribuição e o pagamento aos acionistas da Companhia dividendos intermediários, com base na Reserva para Equalização de Dividendos, no valor de R\$322, equivalentes a R\$0.00112034 por lote de mil ações ordinárias e dividendos intercalares referentes ao lucro líquido do exercício de janeiro a outubro de 2017, no valor de R\$70.749, correspondentes a R\$0.24610830 por lote de mil ações ordinárias, o pagamento foi efetuado em 17 de novembro de 2017.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 27 de março de 2019.

A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	1/1 a 31/12/2018	1/1 a 31/12/2017
RECEITAS			
Receitas com juros e similares	16	139.832	140.782
Despesas com juros e similares	19	(2.530)	(685)
Receita Líquida com Juros		137.302	140.097
Receitas de tarifas e comissões	18	542.264	123.696
Despesas de tarifas e comissões	19	(22.340)	(6.927)
Resultado de equivalência patrimonial	7	24.161	(361)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	20	148	(7.831)
Ativos (Passivos) financeiros para negociação		-	(5.129)
Ativos (Passivos) financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		24	-
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(31)	(2.402)
Outros		155	(100)
Outras receitas (despesas) operacionais		3.603	5.656
Total de Receitas		685.138	254.530
Despesas administrativas		(87.246)	(34.661)
Despesas com pessoal	21	(10.335)	(17.597)
Outras despesas administrativas	22	(46.911)	(17.064)
Depreciação e amortização		(4.237)	(4.622)
Ativo tangível	8.b	(4.237)	(4.622)
Provisões (líquidas)	12.b	(12.529)	(12.615)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		-	(33.696)
Empréstimos e recebíveis		-	(33.696)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	23	-	(52.381)
Resultado na alienação de			

Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.

CNPJ nº 04.270.778/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

"Instrumentos financeiros híbridos" são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, incluindo o derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de isolar com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar à de um derivativo isolado.

c.2) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração
 Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "Ativos não corretes mantidos para venda" ou se forem referentes a "Disponibilidades", "Derivativos utilizados como hedge" e "Investimentos em Coligadas", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado" ou como "Outros ativos financeiros ao justo valor no resultado".
 Resultados decorrentes de alterações no valor justo não reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas cumulativas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado no tem indícios de declínio no valor justo por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento.

c.3) Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação
 Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
 • "Disponibilidades": saldos de caixa e equivalentes de caixa.
 • "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado": inclui os empréstimos concedidos pela Santander Corretora de Seguros, bem como créditos de *leasing* financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor da Santander Corretora de Seguros, tais como cheques e agências de natureza financeira, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxa e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de alugueis e itens similares.
 • "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes": inclui os valores com instituições de crédito: créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
 • "Empréstimos e adiantamentos a clientes": inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pela Santander Corretora de Seguros, incluindo operações no mercado aberto por meio de contratos padronizados.
 • "Instrumentos de dívida": bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
 • "Instrumentos de patrimônio": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento não consolidados estão incluídas nesta rubrica.

c.4) Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração
 Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:
Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

c.5) Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação
 Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
 • "Outros passivos financeiros": inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.
 • "Instrumentos de patrimônio": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas.

d) Categorias, emissões e outros passivos
 Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente com base no preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.
 Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de natureza financeira em ações ordinárias).
 A emissão de "Notes" deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do exercício, obedecendo ao regime de competência.

e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo
 Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados de cada exercício de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

1) Ativos financeiros
 Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando da sua alienação, além de outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").
 Caso não exista preço de mercado para o determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente" ou "fechamento teórico"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor de vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais alterações de política nas rubricas "Provisões para ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e "Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção) em *hedges* de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

e.2) Mensuração dos passivos financeiros
 Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e "Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção) em *hedges* de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

e.3) Reconhecimento de variações do valor justo
 Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado, sendo distinguíveis entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".
 Ajustes devido a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido da Santander Corretora de Seguros até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração do resultado.

f) Baixa de ativos e passivos financeiros
 O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

1. Se a Santander Corretora de Seguros transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros, venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção, compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.
 2. Se a Santander Corretora de Seguros retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

a) Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.
 b) A receita do ativo financeiro transferido não é baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

1. Se a Santander Corretora de Seguros não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o cedente retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:

a) Se o cedente não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.
 b) Se o cedente mantém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

g) Compensação de ativos e passivos
 Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se houver atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Compras normais de ativos financeiros
 As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando a Santander Corretora de Seguros liver transferência substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

i) Ativos financeiros não recuperáveis
i.1) Definição
 Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

• Ocasionalmente um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da mensuração, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida).
 • Significarem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de dívida.
 • Por ocorrência de violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e
 • Por ocasião do processo de falência.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma provisão para perda a débito da despesa como "Perdas com ativos financeiros (líquidos)" na demonstração do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado no exercício em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

i.2) Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado
 O valor de uma perda para a diferenciação do valor recuperável de um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil do ativo e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo futuras perdas de crédito que não foram incorridas), descontados os

juros efetivos originais do ativo financeiro (ou seja, a taxa efetiva de juros calculada no reconhecimento líquido) sendo apresentado como uma redução do saldo do ativo e reconhecida na demonstração dos resultados.

Para estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, as garantias prestadas. A perda por não-recuperação também leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;
- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva da operação. Especificamente em relação ao ajuste no valor recuperável decorrente da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, sem por estar em atraso ou por outros motivos.

A Santander Corretora de Seguros através da sua área de risco aplica políticas, métodos e procedimentos para mitigar sua exposição no risco de crédito decorrente de insolvência atribuída a contrapartes. Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e outros compromissos, na identificação do valor recuperável e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito. Os procedimentos aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, são baseados em nível individual ou agrupados por semelhança.

• Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão de risco de crédito é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte. A tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.
 • Clientes com gestão padronizada: pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão do risco baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco. Os créditos relacionados a clientes padronizados, normalmente, são considerados como não recuperável quando possuem experiência histórica de perdas e atraso maior que 90 dias.

No tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito, a Santander Corretora de Seguros avalia todos os empréstimos. Os empréstimos são avaliados individualmente quanto a redução do valor recuperável ou avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável. Os empréstimos contabilizados como custo amortizado, que não são avaliados individualmente quanto à redução ao valor recuperável, são avaliados em conjunto quanto à redução ao valor recuperável, sendo agrupados considerando a similaridade de risco. Os empréstimos individualmente avaliados quanto a redução ao valor recuperável não é incluída em saldos avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável.

A Santander Corretora de Seguros avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, a Santander Corretora de Seguros considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias coincidentes no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, a Santander Corretora de Seguros separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o montante de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo financeiro podem ser limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias de ativos.

Nesses casos, a entidade usa sua experiência julgamental para estimar o valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Da mesma forma, a entidade usa sua experiência julgamental para ajustar os dados observáveis de um grupo de ativos financeiros para refletir as circunstâncias de ativos.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência ou "EAD" é o valor da exposição de risco na data de inadimplência pela contraparte.
 De acordo com IFRS, o grau de exposição utilizado para avaliar EAD é a exposição real tal qual divulgada no balanço patrimonial.
- Probabilidade de inadimplência, ou "PD", é a probabilidade da contraparte não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros.
 PD é medido com utilização de horizonte de tempo de um ano; ou seja, quantifica a probabilidade da contraparte incorrer em inadimplência no ano seguinte. O empréstimo será inadimplente se o principal ou juros estiverem vencidos há noventa dias ou mais ou o empréstimo estiver pendente, mas existirem dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos duvidosos ou subjetivos).
- Perda por inadimplência, ou "LGD", é a perda surgida na hipótese de inadimplência.

O cálculo de EAD se baseia nas baixas liquidez de empréstimos inadimplentes, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos, a receita e despesas associadas ao processo de recuperação e também à época de inadimplência.

• Além disso, antes de dar baixa em empréstimos vencidos (o que é feito apenas depois da Santander Corretora de Seguros resgatar todos os esforços de recuperação), é constituído provisão integral para o valor devedor em consequência do esforço de forma que a provisão para perdas com empréstimo cubram totalmente as perdas. Dessa forma, a Santander Corretora de Seguros entende que sua metodologia de provisão para perda com empréstimo foi desenvolvida de forma a corresponder à sua métrica de risco e capturar empréstimos que poderiam potencialmente apresentar redução ao valor recuperável.

j) Ativos não corretes mantidos para venda
 Ativos não corretes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação, ou itens que fazem parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas" de acordo com a definição do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos). É esperada para cada plano de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pela Santander Corretora de Seguros em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não corretes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não corretes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não corretes mantidos para venda não são depreciados.
 Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em "Resultado na alienação de ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas" na demonstração do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

k) Períodos de vencimento residual
 A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais e das taxas médias de juros no final dos exercícios de 2018 e 2017 é informada na nota 25.a.

l) Ativo tangível
 Ativo tangível inclui o valor de móveis, equipamentos de informática (*hardware*) e outros utensílios de propriedade da Santander Corretora de Seguros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e, se houver, por quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).
 A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor líquido de liquidação do ativo tangível é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
- sistemas de segurança e de comunicação	10%
- Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
- Benefícios em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento

Instalações, móveis e equipamentos de uso

Benefícios em imóveis de terceiros

A Santander Corretora de Seguros avalia o valor de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta perda por não-recuperação. A perda por não-recuperação é reconhecida no período em que o ativo tangível é avaliado e calculada estimadamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
- sistemas de segurança e de comunicação	10%
- Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
- Benefícios em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento

Instalações, móveis e equipamentos de uso

Benefícios em imóveis de terceiros

A Santander Corretora de Seguros avalia o valor de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta perda por não-recuperação. A perda por não-recuperação é reconhecida no período em que o ativo tangível é avaliado e calculada estimadamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
- sistemas de segurança e de comunicação	10%
- Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
- Benefícios em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento

Instalações, móveis e equipamentos de uso

Benefícios em imóveis de terceiros

A Santander Corretora de Seguros avalia o valor de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta perda por não-recuperação. A perda por não-recuperação é reconhecida no período em que o ativo tangível é avaliado e calculada estimadamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
- sistemas de segurança e de comunicação	10%
- Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
- Benefícios em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento

Instalações, móveis e equipamentos de uso

Benefícios em imóveis de terceiros

A Santander Corretora de Seguros avalia o valor de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta perda por não-recuperação. A perda por não-recuperação é reconhecida no período em que o ativo tangível é avaliado e calculada estimadamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
- sistemas de segurança e de comunicação	10%
- Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
- Benefícios em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento

Instalações, móveis e equipamentos de uso

Benefícios em imóveis de terceiros

A Santander Corretora de Seguros avalia o valor de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta perda por não-recuperação. A perda por não-recuperação é reconhecida no período em que o ativo tangível é avaliado e calculada estimadamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
- sistemas de segurança e de comunicação	10%
- Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
- Benefícios em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento

Instalações, móveis e equipamentos de uso

Benefícios em imóveis de terceiros

A Santander Corretora de Seguros avalia o valor de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta perda por não-recuperação. A perda por não-recuperação é reconhecida no período em que o ativo tangível é avaliado e calculada estimadamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
- sistemas de segurança e de comunicação	10%
- Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
- Benefícios em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento

Instalações, móveis e equipamentos de uso

Benefícios em imóveis de terceiros

A Santander Corretora de Seguros avalia o valor de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta perda por não-recuperação. A perda por não-recuperação é reconhecida no período em que o ativo tangível é avaliado e calculada estimadamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
- sistemas de segurança e de comunicação	10%
- Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
- Benefícios em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento

Instalações, móveis e equipamentos de uso

Benefícios em imóveis de terceiros

A Santander Corretora de Seguros avalia o valor de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta perda por não-recuperação. A perda por não-recuperação é reconhecida no período em que o ativo tangível é avaliado e calculada estimadamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
- sistemas de segurança e de comunicação	10%
- Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
- Benefícios em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento

Instalações, móveis e equipamentos de uso

Benefícios em imóveis de terceiros

A Santander Corretora de Seguros avalia o valor de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta perda por não-recuperação. A perda por não-recuperação é reconhecida no período em que o ativo tangível é avaliado e calculada estimadamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
- sistemas de segurança e de comunicação	10%
- Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
- Benefícios em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento

Instalações, móveis e equipamentos de uso

Benefícios em imóveis de terceiros

A Santander Corretora de Seguros avalia o valor de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta perda por não-recuperação. A perda por não-recuperação é reconhecida no período em que o ativo tangível é avaliado e calculada estimadamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
- sistemas de segurança e de comunicação	10%
- Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
- Benefícios em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento

Instalações, móveis e equipamentos de uso

Benefícios em imóveis de terceiros

A Santander Corretora de Seguros avalia o valor de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta perda por não-recuperação. A perda por não-recuperação é reconhecida no período em que o ativo tangível é avaliado e calculada estimadamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
- sistemas de segurança e de comunicação	10%
- Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
- Benefícios em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento

Instalações, móveis e equipamentos de uso

Benefícios em imóveis de terceiros

A Santander Corretora de Seguros avalia o valor de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta perda por não-recuperação. A perda por não-recuperação é reconhecida no

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ferbas S.A. (Ferbas) e a Brazil Wind S.A. celebraram um contrato para venda de 100% (cem por cento) das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. respectivamente, o Contrato e a BW Guirapá I S.A. detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind S.A. para a Ferbas (Operação). O preço base da totalidade de venda desta operação é de R\$414 milhões (Nota 10&18), sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R\$35 milhões se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. Considerando a situação atual do contrato, este investimento foi baixado.

(6) Ganho de capital apurado pela diferença entre o valor contábil do investimento e a avaliação ao seu valor justo.

(7) Resultado com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/12/2018 a posição de 30/11/2018.

b) Variação
As variações no saldo desse item nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram:

Controle conjunto	2018	2017
Saldo no início do exercício	520.288	452.712
Adição/(alienação) ⁽¹⁾	(750)	77.598
Resultados equivalência patrimonial	24.161	(361)
Dividendos propostos/recebidos ⁽¹⁾	(14.548)	(9.661)
Saldo no final do exercício	529.151	520.288

(1) Dividendos deliberados pela Webmotors
(2) Investimentos transferidos para a Santander Corretora de Seguros através da Incorporação da Sanserv em 21 de novembro de 2017, conforme mencionado na Nota 1.b.3. O resultado registrado na rubrica de equivalência patrimonial da Santander Corretora de Seguros corresponde a três meses do resultado destas investidas.

Em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros, a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbas S.A. (Ferbas) e a Brazil Wind S.A. celebraram um contrato para venda de 100% (cem por cento) das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. respectivamente, o Contrato e a BW Guirapá I S.A. detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind S.A. para a Ferbas (Operação). O preço base da totalidade de venda desta operação é de R\$414 milhões (Nota 10&18), sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R\$35 milhões se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. Considerando a situação atual do contrato, este investimento foi baixado.

8. Ativo tangível

a) Composição		31/12/2018		31/12/2017	
	Depreciação Acumulada	Total	Depreciação Acumulada	Total	
Outras Imobilizações de Uso					
Imóveis e Equipamentos de Uso	86.887	86.807	86.796	86.796	
Beneficiárias em Imóveis					
de Terceiros	77	(77)	77	(77)	
Instalações	2	(2)	2	(2)	
Sistemas de Transportes e Comunicações	42	(42)	42	(42)	
Sistemas de Processamento de Dados	95	(95)	95	(95)	
Total	87.103	(18.296)	68.807	68.012	72.953

b) Variações

	1/1 a 31/12/2018		1/1 a 31/12/2017			
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	87.012	(14.059)	72.953	86.663	(9.091)	77.572
Adições	91	-	91	349	-	349
Depreciação	-	(4.237)	(4.237)	-	(4.622)	(4.622)
Baixas	-	-	-	-	(346)	(346)
Saldo no Final do Exercício	87.103	(18.296)	68.807	87.012	(14.059)	72.953

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

9. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

Refere-se à marcas e patentes, com custo de aquisição no valor de R\$54 (31/12/2017 - R\$94). Investimento transferido para a Santander Corretora de Seguros através da Incorporação da Sanserv em 30 de novembro de 2017, conforme mencionado na Nota 1.b.3.

10. Outros ativos

A composição do saldo do item "Outros ativos" é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Atuarial - Fundo de Pensões (Nota 11)	24.739	20.215
Precatórios a Receber	57.381	50.364
Outros	8.045	5.006
Total	90.165	75.585

11. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares

a) Plano de Pensão Complementar
A Santander Corretora de Seguros, patrocina juntamente com o Banco Santander, plano de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

i) Banesprev - Fundo Banepsa de Seguridade Social (Banesprev)

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pela Santander Corretora de Seguros, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatórios e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuariário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1º de setembro de 2005.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuariário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010 (Nota 11.a.1).

ii) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Atualmente, está em curso solicitação do processo de encerramento da autorização de funcionamento junto à PREVIC.

III) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

No exercício de 2018, não houve valor apropriado pela patrocinadora como despesa relativo a Banesprev (31/12/2017 - R\$29), para a SantanderPrevi o valor foi de R\$42 (31/12/2017 - R\$65).

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2018	31/12/2017
	Banesprev ⁽¹⁾	Banesprev ⁽¹⁾
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(117.710)	(115.269)
Valor Justo dos Ativos do Plano	278.177	290.996
Sendo:		
Superávit	160.467	175.727
Valor não Reconhecido como Ativo	135.728	155.512
Ativo Atuarial Líquido (Nota 10)	24.739	20.215
Passivo Atuarial Líquido (Nota 12.b)	-	-
Contribuições Efetuadas	1	6
Receitas (Despesas) Reconhecidas	1.935	1.900
Ganhos e Perdas Atuariais	-	18.327
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	(2.643)	4.349

(1) Inclui valores referente à transferência dos Planos da Sanprev (Nota 11.a.1).

ba) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo (Cabesp): entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banepsa em 2000, conforme definido em estatuto da Entidade.

	31/12/2018	31/12/2017
	Cabesp	Cabesp
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(147.594)	(144.103)
Valor Justo dos Ativos do Plano	150.068	123.492
Sendo:		
Superávit	2.474	(20.611)
Valor não Reconhecido como Ativo	2.474	(20.611)
Passivo Atuarial Líquido (Nota 12.b)	-	-
Contribuições Efetuadas	1.206	1.445
Receitas (Despesas) Reconhecidas	11.082	(1.568)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(14.940)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	15.472	28.395

(1) Inclui valores referente à transferência dos Planos da Sanprev (Nota 11.a.1).

Abertura dos Ganhos (Perdas) Atuariais por Experiência, Hipóteses Financeiras e Hipóteses Demográficas

	31/12/2018	31/12/2017
	Banesprev ⁽¹⁾	Cabesp
Experiência do Plano	1.928	(3.212)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(4.026)	(10.397)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.098)	(13.609)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(29.918)	23.821
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(29.918)	23.821
Mudança no Superávit Irrecuperável	34.604	(1.888)
	31/12/2018	31/12/2017
	Banesprev ⁽¹⁾	Cabesp
Experiência do Plano	7.506	(15.185)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(7.846)	(10.892)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(340)	(26.077)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(27.422)	17.506
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(27.422)	17.506
Mudança no Superávit Irrecuperável	28.390	-

(1) Inclui valores referente à transferência dos Planos da Sanprev (Nota 11.a.1).

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pela Santander Corretora de Seguros em 31 de dezembro de 2018:

Planos:	Duração (em Anos)
Banesprev I	8,50
Banesprev II	9,74
Banesprev III	8,85
Cabesp	13,25

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	31/12/2018	31/12/2017
	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	9,1%	9,3%
Taxa para Cálculo do Juro sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	9,1%	9,3%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,0%	4,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	4,5%	0,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000

Análise de Sensibilidade
Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade	
	31/12/2018	31/12/2017
Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	(+) 1,0%	(-) 1,0%
	166.894	(129.762)

12. Provisões**a) Composição**

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões ⁽¹⁾	104.885	154.530
Total	104.885	154.530

(1) Inclui basicamente provisões para riscos fiscais e obrigações legais, cíveis e trabalhistas.

b) Variações

As variações no saldo de "Provisões" foram as seguintes:

	31/12/2018		1/1 a 31/12/2018			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fundos de Pensão	Outras ⁽²⁾	Total
Saldo no início do exercício	68.872	35.177	9.533	20.611	20.337	154.530
Adições/debitadas ao resultado:						
Constituição Líquida de Reversão ⁽³⁾	5.493	(1.087)	20.427	(12.926)	-	11.907
Reversão com Juros	-	-	-	(1.010)	-	(1.010)
Despesas com Pessoal	-	-	-	368	-	368
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	(10.912)	-	(10.912)
Baixas por Pagamento	(4.789)	(6.552)	(19.294)	3.227	(20.226)	(47.634)
Outros ⁽¹⁾⁽⁸⁾	(3.006)	-	(13.793)	-	-	(16.799)
Saldo no fim do exercício	66.570	27.538	10.667	-	111	104.885
Depósitos em Garantia	-	-	-	-	-	-
- Outros Créditos	59.504	12.070	359	-	-	71.932
Total dos Depósitos em Garantia ⁽⁹⁾	59.504	12.070	359	-	-	71.932

(1) Em razão do cenário desfavorável à tese em que se questiona a Majoração de Alíquota da CSLL, e consequentemente, alteração da classificação de êxito dos respectivos processos, optamos pelo pagamento dos valores discutidos.

(2) Refere-se a provisão com cancelamento de taxas de corretagens.

(3) Refere-se a reversão de precatórios realizada em 2018.

	31/12/2018		1/1 a 31/12/2017			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fundos de Pensão	Outras ⁽²⁾	Total
Saldo no início do exercício	6.240	-	-	-	-	6.240
Incorporação da Santander Microcrédito (Nota 1.b.1)	-	12.034	-	-	-	12.034
Incorporação da Santander Brasil Advisory (Nota 1.b.2)	-	-	3.108	-	-	3.108
Incorporação da Sanserv (Nota 1.b.3)	60.813	18.117	7.861	9.131	16.227	112.149
Adições/debitadas ao resultado:						
Constituição Líquida de Reversão	1.490	7.022	(7)	-	4.110	12.530
Reversão com Juros	-	-	-	(159)	-	(159)
Despesas com Pessoal	-	-	-	74	-	74
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	12.365	-	12.365
Baixas por Pagamento	-	(1.996)	(1.429)	-	-	(3.425)
Outros	329	-	-	(800)	-	(471)
Saldo no fim do exercício	68.872	35.177	9.533	20.611	20.337	154.530
Depósitos em Garantia	-	-	-	-	-	-
- Outros Créditos	61.594	6.533	-	-	-	68.127
Total dos Depósitos em Garantia ⁽⁹⁾	61.594	6.533	-	-	-	68.127

(1) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(2) Refere-se à provisão com cancelamento de taxas de corretagens.

c) Provisões para processos judiciais e administrativos - Ações trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados ou ex-colaboradores tercirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações trabalhistas são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

d) Provisões para processos judiciais e administrativos - Ações cíveis

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

e) Processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registradas em passivos fiscais - correntes, integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

PIS e COFINS - RS-739 (31/12/2017 - R\$3.676): a Santander Corretora de Seguros ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de alíquota da CSLL - R\$0 (31/12/2017 - R\$2.927): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. A Santander Corretora optou pelo pagamento dos valores discutidos.

Diferença de Alíquota da CSLL - R\$52.842 (31/12/2017 - R\$51.953): A Santander Corretora de Seguros impetrou um mandado de segurança visando afastar o aumento de alíquota da CSLL imposta pela Lei 9.136/1996. As instituições financeiras estavam sujeitas à alíquota de 8% para CSLL; no entanto, a referida Lei as equiparava com corretora de seguro e estipulava uma alíquota de 18,0% de CSLL, a partir de 1997.

Contribuição ao Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) - cobrança de Contribuição Previdenciária, relacionada ao antigo Seguro de Acidente do Trabalho, por suposto recolhimento a menor no período de 1991 a 1995. A empresa entende que não houve critério para cobrança da contribuição em alíquota maior que 1%, a qual encontrava-se sujeita quando da autuação. Em 31 de dezembro de 2018, o valor era de R\$ 270.032.

f) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como riscos de perda possível, não sendo provisionados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda
Em 31 de dezembro de 2017, refere-se a prejuízo na alienação de investimentos no montante de R\$52.381.

24. Valor justo dos ativos e passivos financeiros
Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:
Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.
Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Nível 1: os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por títulos privados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Santander Corretora de Seguros utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos
Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.
Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, principalmente, por derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Santander Corretora de Seguros para apurar seu valor justo:

	31/12/2018	31/12/2017
	Nível 1	Nível 1
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	946.860
Instrumentos de patrimônio	-	946.860
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1.667.086	-
Instrumentos de dívida	1.284	-
Instrumentos de patrimônio	1.665.802	-

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo
Os ativos financeiros de propriedade da Santander Corretora de Seguros são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto empréstimos e recebíveis.

No mesmo sentido, os passivos financeiros de propriedade da Santander Corretora de Seguros exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo
A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros da Santander Corretora de Seguros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Ativo	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 4) ⁽¹⁾	-	259.348	259.348	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 6) ⁽¹⁾	-	427.936	468.838	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 4) ⁽¹⁾	162.450	162.450	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 6) ⁽¹⁾	223.288	228.706	-	-
Total	385.738	391.156	687.284	728.186

⁽¹⁾ Classificados como operações de Nível 2.

Operações de crédito - O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos.

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo
A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros da Santander Corretora de Seguros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Passivo	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado:				
Outros passivos financeiros	3.995	3.613	5.993	3.965
Total	3.995	3.613	5.993	3.965

25. Outras divulgações
a) Vencimento residual
A composição, por vencimento, dos saldos de certos itens do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

Ativo:	31/12/2018			
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Disponibilidades	2.887	4	-	2.891
Instrumentos de dívida	-	-	-	1.284
Instrumentos de patrimônio	-	5.347	1.660.455	1.665.802
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ⁽¹⁾	-	-	7.337	155.113
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	-	162.868	187	2.690
Total	2.887	168.219	1.667.979	159.087

Passivo:
Passivos financeiros ao custo amortizado:
Outros passivos financeiros

	31/12/2018	31/12/2017
Total	3.995	5.993
Diferença (ativo e passivo)	2.887	164.224

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2018 está representado substancialmente por depósitos judiciais e depósitos bancários.

26. Transações com partes relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
Na AGO da Santander Corretora de Seguros, realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2018, no valor máximo de R\$10, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A Santander Corretora de Seguros não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

b) Benefícios de Longo Prazo
A Santander Corretora de Seguros, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 21.b).

c) Benefícios de Curto Prazo
A Santander Corretora de Seguros é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores em 2018 e 2017, foram remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador, com os respectivos encargos atribuídos ao controlador.

d) Participação Acionária
A Santander Corretora de Seguros é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 7.184 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

e) Transações com Partes Relacionadas
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

A partir de 2018, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração. As principais transações e saldos são conforme segue:

b) Ativos contingentes
Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

27. Gestão do risco
A gestão de riscos da Santander Participações é realizada em conjunto com o processo de gestão do Conglomerado Santander, de acordo com a regulamentação vigente, e visa proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, a Santander Participações está exposta, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito tem como objetivo manter uma rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.

- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras.

- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a continuidade do negócio.

- Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.

- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.

a) Análise de sensibilidade
A Santander Corretora de Seguros efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Corretora de Seguros, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2018.

Carteira "banking"
Fatores de Risco

Descrição
Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas

Cenário 1 (872) **Cenário 2** (13.949) **Cenário 3** (27.898)

Total ⁽¹⁾ **(872)** **(13.949)** **(27.898)**

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

Ativo	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora ⁽¹⁾	Outras partes relacionadas ⁽²⁾	Controladora ⁽¹⁾	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Total	18.050	14.562	113.338	9.675
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	2.891	-	1.932	-
Banco Santander ⁽¹⁾	2.891	-	1.932	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes ⁽³⁾	-	14.562	-	9.675
Webmotors S.A. ⁽³⁾	-	14.548	-	9.661
Santander Holding Imobiliária S.A. (Atual Denominação Social da Webcasas S.A.) ⁽²⁾	-	14	-	14
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - AFCA	7.336	-	106.512	-
Banco Santander ⁽¹⁾	7.336	-	106.512	-
Outros ativos	7.822	-	4.894	-
Banco Santander ⁽¹⁾	7.822	-	4.894	-
Passivo	630	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
Banco Santander ⁽¹⁾	-	-	-	-
Outras obrigações	-	630	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	630	-	-

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Angel Santodomingo Martell

Diretor Vice-Presidente
Reginaldo Antonio Ribeiro

Diretores de Microcrédito
Marcos Antônio Ventura de Oliveira

Diretores Executivos
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Ramón Sanchez Díez

Carlos Rey de Vicente

Diretor Técnico
Luiz Carlos Tagliamento

Diretor de Consultoria de Valores Mobiliários
Christiano Teixeira Clemente

CONTADOR
Leonardo Santicioli - CRC 1 SP 265213/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Operações com partes relacionadas
Chamamos a atenção para a nota 27 às demonstrações financeiras, a qual indica que as receitas da Companhia estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5

São Paulo, 28 de março de 2019

Maria José de Mula Cury
Contadora
CRC 1SP192785/O-4